

Receita de não-governo

Reza o senso comum que se conselho fosse bom ninguém dava, vendia. Não custa nada, porém, tentar uma inversão da lógica popular e fornecer ao ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes, se não um conselho, pelo menos um despretenso toque: peça com muito jeito ao amigo Roberto Mangabeira Unger que quando explicitar suas idéias a respeito da sucessão presidencial o faça de forma a deixar bem claro que fala em caráter estritamente pessoal. Que não é, nem nunca será, a eminência parda de sua candidatura à presidência pelo PPS.

Por um motivo simples: as idéias do doutor Unger, apresentadas com amplitude em entrevista à *Folha de S. Paulo* nesse domingo, são perfeitas como uma alegoria concebida para resultar em fenômenos de histeria coletiva, mas não guardam nenhuma relação com as necessidades e os anseios de um país que ressurgiu do constrangimento inflacionário e hoje busca formas consistentes de se inserir no futuro.

E o professor, em sua entrevista, não diz em nenhum momento como seria gerido o país caso sua fórmula conseguisse, de fato, transformar o que chama de "agente plebiscitário das inconformidades" (o candidato) num governante. Evidente que ninguém pode exigir do professor que enquadre suas idéias acadêmicas forjadas em Harvard à realidade brasileira. Nem é justo que se espere dele noções mínimas de administração pública ou de articulação política para a construção de condições objetivas de governo.

Afinal, que seja do conhecimento geral, a única experiência pública do professor foi sua breve passagem pela presidência da Febem no primeiro governo Leonel Brizola, no Rio. Ele participou da campanha brizolista, assim mais ou menos na condição em que retorna ao cenário cuidando da elaboração intelectual do projeto Ciro. Mas, no fim, coube a Mangabeira Unger cuidar da perversa estrutura que na época tratava com menores de risco. Não deve ter sido uma boa experiência, dado que o professor voltou logo para Harvard.

Agora ele apresenta uma fórmula pela qual o candidato, valendo-se das imperfeições do sistema eleitoral, se apresentaria como um super-homem capaz de potencializar as insatisfações difusas na sociedade.

Ele defende a abertura de uma "guerra" contra o presidente da República e, feito isso, pela equação que montou, é só esperar que a comoção nacional se encarregue de levar, por gravidade, os grandes partidos a aderir à candidatura fundada num partido pequeno que, como ele mesmo diz, "não atrapalhe a formação de uma base política".

Pois se o ex-ministro Ciro Gomes tem, com toda razão, horror que as pessoas o comparem a Fernando Collor, precisa com urgência informar ao respeitável público se compartilha da concepção ungeriana. Que, entre outras coisas, propõe que Ciro transforme Fernando Henrique num Sarney de Fernando Collor.

Pode ser que a inteligência de um ser humano comum não tenha sido suficiente para entender o projeto Mangabeira Unger. Mas, considerando que a percepção comum é que levará os comuns às urnas, logo essas coincidências que indicam a intenção de repetir fenômenos recentes estarão nas ruas vigorando como verdades absolutas.

Serra x Conde

O senador José Serra, acusado pelo prefeito Luiz Paulo Conde de no governo e na Constituinte ter privilegiado São Paulo em detrimento do Rio e dedicar sua vida política a "defender os interesses da Fiesp", responde a Conde:

"É exatamente o meu amor pelo Rio que me leva a apontar os erros do prefeito Conde. Com homens públicos assim despreparados, o Rio está perdido. Ele não respondeu às ponderações que fiz anteriormente porque não consegue, não sabe como. Fez, em entrevistas, afirmações do tipo:

- Serra zerou o ICMS interestadual sobre petróleo bruto para beneficiar São Paulo.

- Na Constituição anterior havia imposto sobre petróleo de derivados.

- Serra, com o apoio da bancada paulista, retirou o imposto de quem produz. Acontece que o gás que sai do Rio, de Campos, vai para a Comgás, em São Paulo, sem pagar um tostão.

São tolices inacreditáveis para quem dirige os destinos da cidade que é a consciência cultural do Brasil. Ao contrário do que disse Conde, a Constituição anterior à de 1988 não previa *nenhum* imposto estadual sobre petróleo de derivados; São Paulo também perde arrecadação com a não-cobrança do ICMS interestadual, R\$ 118,6 milhões de 1994; o Rio arrecada ICMS do gás natural que vai de Campos a São Paulo.

Ao dizer que o Rio não arrecada, Conde demonstrou ser preguiçoso e despreparado. Bastaria ter perguntado ao seu secretário de Finanças; ou então perceber que o gás natural não é considerado derivado de petróleo.

Morei no Rio e aí vivi momentos decisivos de minha vida. Tenho quase tantos amigos como em São Paulo. Sei que o Rio precisa retomar seu rumo de desenvolvimento. Mas não o fará nunca com os complexos de inferioridade e despreparo mostrados pelo prefeito. Por outro lado, ninguém bem informado ignora que cooperei ao máximo com o estado, quando estive no Ministério do Planejamento.

Alguns exemplos são os recursos liberados para o Porto de Sepetiba; a conclusão do metrô, o pólo de Campos, habitação, saneamento, apoio para o projeto de despoluição da Baía de Guanabara etc."